

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Registrado

Como parte da campanha *Registre-se*, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o cidadão de origem indígena Gjargleo Aquira Santos, da etnia Waiwai, recebeu sua certidão de nascimento das mãos do desembargador Mário-Zam Belmiro Rosa, do juiz Eduardo Rosas e do presidente da Associação Nacional de Notários e Registradores (Anoreg), Allan Guerra. Ele demonstrou sua satisfação em obter o documento: “É importante para a gente porque facilita conseguir emprego e fazer parte da sociedade. Agora, posso tirar outros documentos também”, disse Santos.

Carlos Alves Moura/SCO/STF



Em busca do perdão de Zanin

Depois de xingar e atacar moralmente o ministro Cristiano Zanin no aeroporto de Brasília, o agressor, Luiz Carlos Basseto Júnior, gravou e divulgou nas redes sociais uma retratação com um pedido de desculpas ao magistrado, extensivo a todos os advogados do Brasil. A conduta foi uma forma de tentar obter o perdão judicial na queixa-crime movida por Zanin e endossada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A queixa já foi recebida e o processo está tramitando. Ao se redimir, Basseto consegue isenção de pena para o crime de difamação. Mas não se livra da acusação de injúria. O processo prossegue mesmo com a retratação.

O ministro quer pena em triplo

Por se tratar de ação pena privada, o ministro Cristiano Zanin poderia, em tese, dar o perdão, ou seja, desistir da queixa-crime. Mas o magistrado não demonstra essa intenção. Pelo contrário, pediu a condenação por três crimes de injúria — com pena de detenção de um a seis meses, mais multa. Mas há ainda um agravante: se o delito é divulgado em quaisquer modalidade das redes sociais aplica-se a pena em triplo. Foi o que ocorreu. Luiz Carlos Basseto gravou e divulgou pela internet as ofensas proferidas contra Zanin. Produziu prova contra si e ainda admitiu o crime na retratação.

Juiz se explica e se livra de reclamação disciplinar

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou improcedente e arquivou a reclamação disciplinar contra o Juiz da 7ª Vara Criminal de Brasília, Fernando Brandini Barbagalo, referente à prescrição de processo da Operação Caixa de Pandora. O órgão entendeu que a conduta do magistrado não foi desidiosa. O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, apontou que “foram elucidadas as questões referentes ao tempo de atuação do magistrado no processo e fatores como a suspensão da tramitação processual decorrente da covid-19, além da ocorrência de decisões incidentais nos processos relacionados à Caixa de Pandora, determinando a sua paralisação, o que afastaria a falha inicialmente imputada ao magistrado.

Lucas Pricken



Processos do RS fora da pauta

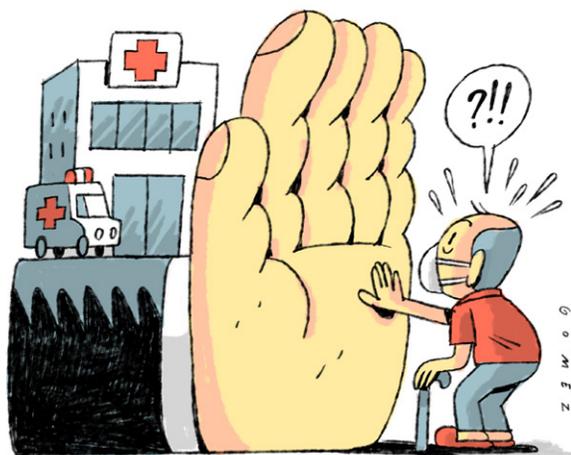
O presidente da Quarta Turma do STJ, ministro Raul Araújo, informou que, devido à enchente no Rio Grande do Sul, os processos oriundos daquele estado já pautados serão automaticamente retirados. A orientação vale até que os prazos desses processos voltem a fluir no tribunal, a não ser que as partes se manifestem nos autos pela reinclusão do processo na pauta. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também suspendeu audiências e julgamentos em que o estado e municípios do Rio Grande do Sul sejam parte.

Jose Cruz/Agência Brasil



Os números da Justiça

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Roberto Barroso, divulga hoje o Relatório Justiça em Números 2024 (ano-base 2023). Levantamento importante para a compreensão de erros e acertos do Poder Judiciário.



Meio milhão de processos sobre saúde na Justiça

Em 2023, a Justiça brasileira recebeu 570 mil novas ações relacionadas aos serviços de saúde, com um aumento de 12% na saúde pública e de 30% na saúde suplementar. Os dados foram apresentados pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenadora do Fonajus e advogada da União, Daiane Nogueira de Lira, ao participar do seminário “Desjudicialização da saúde”, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e Revista Justiça & Cidadania. O evento reuniu ministros, magistrados, advogados, médicos e outros profissionais para debater soluções para a redução dos processos relacionados à saúde na Justiça nesta semana em São Paulo.



Roberto Jaime/ASICS/TSE

“O Sul vai exigir um esforço hercúleo, e é um problema de todos nós, um problema nacional. É uma situação de guerra”

Ministro João Otávio de Noronha, do STJ